

## FICHE AMENDEMENT

### Titre IV

#### Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 14.º

Déposée par Monsieur Luís Queiró

Qualité: Suppléant

---

1. A União dispõe de um quadro institucional único que **assegura a coerência, a eficácia e a continuidade das políticas da União, no respeito pelo presente Tratado.**

2. O quadro institucional compreende:

**o Conselho Europeu;**

**o Parlamento Europeu;**

o Conselho; (2 palavras suprimidas)

a Comissão; (1 palavra suprimida)

o Tribunal de Justiça (3 palavras suprimidas)

(4 palavras suprimidas)

o Tribunal de Contas.

**3. (novo)**

**No âmbito da união económica e monetária, são instituídos um Sistema Europeu de Bancos Centrais, adiante designado por “SEBC”, e um Banco Central Europeu, cujos órgãos actuam no respeito pelo presente Tratado.**

4. Cada Instituição actua dentro dos limites das atribuições e **competências** que lhe são conferidas **pelo Tratado**, em conformidade com os processos e nas condições que esta prevê e **no respeito estrito pelo princípio** da cooperação leal. (8 palavras suprimidas)

---

#### **Explication éventuelle :**

*O quadro institucional único referido no corpo do n.º 1 consta já hoje do artigo 3.º do Tratado UE. Contudo, a enumeração do n.º 2 é bastante inovadora, pois, tradicionalmente, é dominante o entendimento segundo o qual o Conselho Europeu não é órgão da CE mas apenas da UE. Pela primeira vez, o Conselho Europeu fica órgão/instituição do conjunto (atenta a actual proposta de fusão UE/CE). O Conselho Europeu é o órgão que representa a função política, imune à fiscalização jurisdicional e caracterizada pela definição das orientações políticas gerais (v. artigo 4.º UE vs. 46.º UE).*

*O n.º 2 qualifica igualmente o BCE como «instituição», quando na realidade este é uma pessoa jurídica, dotada de órgãos próprios. É mais apropriada a solução actual do Tratado CE, no artigo 8.º.*

*O n.º 3 é uma síntese do disposto no artigo 7.º, n.º 1, § 2 do Tratado CE e no artigo 3.º UE. A ideia da cooperação leal não está explicitamente presente (cfr., ainda assim, artigo 3.º, § 2 UE), correspondendo a dimensões essenciais do princípio fundamental do equilíbrio institucional, tal como expresso na jurisprudência do Tribunal de Justiça.*